

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.829 - DF (2019/0012190-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : JUVENAL MISSIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : BRUNO CRISTIAN SANTOS DE ABREU (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF043143
PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF045000
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. FURTO. R\$ 70,00. APARELHO CELULAR. AUSÊNCIA DE TIPICIDADE MATERIAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ABSOLVIÇÃO. CABIMENTO.

Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Juvenal Missias de Oliveira** contra decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que, em juízo de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial por ele apresentado (fls. 261 e 262).

O agravante foi condenado como incurso no art. 155, *caput*, do Código Penal, ao cumprimento de 4 meses e reclusão, tendo a sua pena substituída por uma restritiva de direitos, a ser cumprida nos moldes e condições estabelecidas pelo Juízo da execução, pela seguinte conduta delitiva (fl. 196):

No dia 22 de julho de 2013, no turno da manhã, nas instalações da 1ª Delegacia de Polícia, SPO, Lote 23, Asa Sul, nesta capital, o denunciado subtraiu do interior de uma gaveta, para si, o aparelho celular marca Samsung, de propriedade do agente de polícia Benedito Braga Júnior.

Narram os autos que o denunciado, funcionário da empresa de limpeza DINÂMICA, exercia suas funções na V DP, quando no dia e horário mencionados, ao proceder a limpeza da delegacia, subtraiu o aparelho celular acima descrito.

Consta dos autos que o denunciado admitiu a prática do crime, ao ser ouvido na delegacia, fls. 09/10.

Nas razões recursais, a defesa aponta negativa de vigência do art. 16 do Código Penal, porque cabível a incidência do princípio da insignificância, pois, *a res furtiva, conforme laudo de perícia criminal (fl. 29), foi avaliada de forma indireta, como um aparelho celular, marca Samsung, modelo GTE-1085, nas cores vermelha e preta, o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) – (fl. 274).*

Requer a parte agravante, em seu recurso especial, a determinação de sua absolvição em razão da atipicidade da sua conduta, nos seguintes termos (fl. 285):

[...] a) pelo conhecimento e provimento do presente recurso especial, para sanar a violação ao art. 386, III do CPP, reconhecendo-se o princípio da insignificância para absolver o recorrente antes os requisitos integralmente preenchidos;

b) alternativamente, reconhecer o arrependimento posterior e sanar a violação ao art. 16 do CP, reduzindo-se a pena ora aplicada.

[...]

Apresentadas as contrarrazões (fls. 296/299), o recurso especial não foi admitido, por incidência da Súmula 7/STJ (fls. 302 e 303). Contra essa decisão a defesa interpôs agravo (fls. 306/318).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 334/336).

É o relatório.

Presentes os requisitos de admissibilidade do agravo, passo ao exame das razões do especial.

Diante das circunstâncias descritas nos autos, considero que a adoção do princípio da insignificância detém limites para sua incidência no ordenamento jurídico pátrio. Entretanto, há casos em que a sua não aplicação leva o intérprete da lei a situações absurdas – esdrúxulas até –, ao punir condutas que, em razão de sua inexpressividade, não são dignas de guarida pelo Direito Penal, especialmente em decorrência do princípio da fragmentariedade.

Logo, *in casu*, o furto de um aparelho celular, marca *Samsung*, modelo GTE-1085, nas cores vermelha e preta, o valor de R\$ 70,00 (setenta reais), autoriza a incidência do princípio da insignificância (fls. 196/204 e 253/264).

Em outras palavras, a meu ver, todos os requisitos para a incidência do princípio da insignificância foram atendidos, *in casu*, principalmente porque irrelevante o valor da *res* subtraída (fls. 196/204 e 253/264).

Em outros termos, a *res* detém valor bagatelar, notadamente se tomando por base o salário mínimo vigente à época – em 1º/1/2013, o valor do salário mínimo passou a ser R\$ 638,00 (seiscentos e trinta e oito reais).

Ilustrativamente: REsp n. 1.213.453/RS, Ministro Celso Limongi (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 18/5/2011 e HC n. 205.940/SP, Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 17/8/2011.

Erigida essa premissa, oportuna a manifestação da Subprocuradoria-Geral da República, no sentido do provimento do recurso especial (fl. 335):

[...] *In casu*, conforme denúncia, os fatos ocorreram no dia 22/07/2013 (e-STJ, fl. 2), quando o salário mínimo estava fixado em R\$678,00, nesse contexto a conduta imputada ao agravante consistira em furto de um aparelho celular avaliado em R\$70,00 e devolvido à vítima, considerado de valor ínfimo por ser aproximadamente 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos (e-STJ, fl. 202). Nesse sentido assente jurisprudência desta Corte, segundo comprovam estes precedentes:

[...]

Não há violação dos preceitos processuais quando o magistrado adota os termos da manifestação ministerial *como razões de decidir* (RHC n. 31.266/RJ, Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), Quinta Turma, DJe 18/4/2012).

Diante disso, merece provimento o recurso especial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *c*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **dar provimento** ao recurso especial, a fim de cassar o acórdão *a quo* (fls. 253/264) e determinar, com base no princípio da insignificância, a absolvição do agravante, com fundamento no art. 386, III, do Código de Processo Penal, nos termos desta decisão.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

